



SABERES-FAZERES TRADICIONAIS COMO ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DA AMÉRICA LATINA

BLACK COMMUNITIES TRADITIONAL KNOW-HOW AS AN ALTERNATIVE TO CAPITALIST DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

Lucas Bento da Silva¹⁰

ABSTRACT

This article aims to denaturalize the current conception about development and extractive economic policy present in South America. Therefore, starting from a bibliographic review on the subject, it will be addressed in what context arises, how it develops and what are the main consequences of the classic discourse on development. From there, it will be explained how the new South American extractivism – or new extractivism – is, in fact, a regional version of classical developmental discourse, in that it incorporates to its bases the same instrumental rationality and utilitarian of this. In conclusion, taking as a backdrop the socio-environmental conflicts triggered by the progress preached by the new extractivism, the importance of the debate on alternatives to development will be raised.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo desnaturalizar a concepção corrente sobre desenvolvimento e a política econômica extrativista presente na América do Sul. Para tanto, partindo de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, será abordado em que contexto surge, como se desenvolve e quais são as principais consequências do discurso clássico sobre desenvolvimento. A partir daí, será explicitado de que maneira o novo extrativismo sul-americano – ou neoeextrativismo – é, na verdade, uma versão regional do discurso desenvolvimentista clássico, na medida em que incorpora às suas bases a mesma racionalidade instrumental e utilitarista deste. Em sede de conclusão, tomando como pano de fundo os conflitos socioambientais desencadeados pelo progresso pregado pelo novo extrativismo, será levantada a importância do debate sobre alternativas ao desenvolvimento.

KEYWORDS

Development, new extractivism, economic growth, socio-environmental conflicts

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, novo extrativismo, crescimento econômico, conflitos socioambientais

Introdução

O presente trabalho visa apresentar um breve panorama sobre os trabalhadores da terra e seus saberes-fazeres tradicionais, do Quilombo Cafundó e Ivaporunduva, Brasil, a partir do sistema de produção agrícola tradicional como alternativa ao desenvolvimento

¹⁰ Doutor em Geografia, Universidade Federal de Goiás: lu_silva_8@hotmail.com



capitalismo no campo. Cafundó, localizado no município de Salto de Pirapora, sudoeste do Estado de São Paulo. No presente, 60 famílias vivem no território com área de 210 hectares. Ivaporanduva, situado no município de Eldorado, à margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, no Vale do Ribeira, sudeste do Estado de São Paulo. Atualmente, 80 famílias convivem no território com extensão de 2800 hectares, ambas as comunidades negras rurais tradicionais territorializaram-se através das principais cadeias produtivas: a agroecologia e a agrobiodiversidade.

Neste sentido, as comunidades negras tradicionais descendentes de escravizados mantiveram seus laços históricos, ancestrais e de parentesco. A agricultura quilombola é caracterizada como alternativa ao desenvolvimento e modernização do campo, pois é fruto de um processo associado com outros saberes-fazeres de manejos da agricultura, caracterizados pelos sistemas de cadeias produtivas. Estas características são percebidas nas formas de trabalho com as terras e nos saberes e fazeres no plantio, do Quilombo Cafundó e do Ivaporanduva.

A prática capitalista e da modernização da agricultura ignora qualquer cosmovisão de mundo e ecológica. É importante contextualizar que as comunidades tradicionais, grupos marginalizados historicamente pelos colonizadores, são os mais impactados com o avanço desse sistema capitalista no campo.

Os conflitos geopolíticos decorrentes da consolidação do mundo socialista como uma alternativa para o mundo capitalista contribuíram para o surgimento de uma teoria de desenvolvimento alternativo não revolucionária inscrito dentro dos parâmetros. Esta teoria levou a formulações na década de 1950 e 1960, várias visões do processo de "modernização" dos países periféricos. Em geral, e simplificando arbitrariamente essas conceituações, o processo de transformação foi descrita como uma luta entre setores modernos e capitalistas em conflito com instituições e grupos tradicionais (MELO, 1991).

As conflitualidades territoriais e os efeitos socioespaciais do desenvolvimento no Cafundó e Ivaporanduva são sustentados por um sistema ordenado e dominador, propiciam: a manutenção da pilhagem da exploração desenfreada dos recursos naturais, a espoliação dos meios de produção e territórios, a desterritorialização das famílias, a desconfiguração da cultura, dos saberes-fazeres locais e da biodiversidade.



Os conteúdos que serão retratados na teorização e nas reflexões deste trabalho são resultados da disciplina: Tópicos Avançados em Direitos Humanos I, aplicada no primeiro semestre de 2017, na Faculdade de Direito - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, com temas sobre: A relação do conhecimento – seres humanos – natureza; características centrais da modernidade; a ideia de progresso e o surgimento da concepção de desenvolvimento; problemas ambientais e o fracasso do desenvolvimento sustentável e a necessidade de alternativas. O conjunto das temáticas no desenrolar da disciplina dos professor(a)s Dra. María Luisa Eschenhagen - Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín - Colômbia e Dr. Ricardo Barbosa de Lima – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, complementarará na contextualização do tema aqui posto.

Alternativas do Quilombo Cafundó e Ivaporunduva ao desenvolvimento capitalista no campo

Discorrer sobre o espaço latino-americano é dialogar com a diversidade sociocultural e as disputas existentes no espaço geográfico mundial. É repensar os contextos históricos para compreender as multidimensionalidades atuais dos conflitos e das mais variadas formas de organização presentes nesses territórios. Contrapondo-se aos modelos de monopólios da terra, de degradação do meio ambiente e do uso de trabalho escravizado contemporâneo, os territórios tradicionais do Cafundó e Ivaporunduva, aqui apresentados, compõem parte do conjunto de comunidades negras rurais especializadas no espaço geográfico brasileiro.

As diretrizes no processo de reconhecimento destes territórios quilombolas vão ganhando força política a partir de 2003, quando é sancionado o Decreto nº 4.887, que rege e reconhece a propriedade das “terras ocupadas tradicionalmente” por quilombolas, e determina ainda que compete à Fundação Cultural Palmares (FCP), a emissão da certidão de auto-definição. E ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a desapropriação e mapeamento dos territórios ancestrais.

Deste modo, os quilombos são compreendidos como: grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto 4887/03 art. 2º).



Portanto, o Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo, onde se encontra maior parte dos quilombos e o Quilombo Ivaporunduva. A diversidade social, ambiental e cultural existente no território se concentra em área de Mata Atlântica, onde também se encontram várias comunidades tradicionais, como indígenas, caiçaras e outras categorias sociais ou étnicas.

Outro ponto que deve ser salientado é que esta região abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, além de pequenas bacias hidrográficas localizadas entre a primeira e o Oceano Atlântico¹¹.

O Quilombo Ivaporunduva, surge após o declínio da mineração de ouro e da produção de arroz na região. Boa parte dos trabalhadores escravizados se especializaram ao “longo das duas margens do Rio Ribeira de Iguape, entre os municípios de Iporanga e Eldorado, onde mantiveram seus laços históricos, de parentesco e formas de saberes e fazeres da agricultura” (SILVA, 2017 p.5).

Os trabalhadores da terra, através dos seus saberes-fazeres na produção de alimentos, em Ivaporunduva, detêm as técnicas e as alternativas de diversidade de produção ao desenvolvimento capitalista no campo, como: cultivo do arroz, do feijão, da mandioca, do chuchu, da banana e, com menos intencionalidade, a criação de animais, inclusive, gado. Essa rede produtiva envolve um número grande de trabalhadores e trabalhadoras quilombolas.

Na produção, colheita e comercialização de banana orgânica, como alternativa ao desenvolvimento capitalista da região, por exemplo, determina um número alto de trabalhadores quilombolas para os trabalhos nos bananais. Mais ou menos 40 famílias: organizam; executam a produção; sua comercialização e gestão da atividade. Essa produção tem conquistado mercado e especializado em diversos municípios do Estado de São Paulo e na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), na capital.

¹¹ QUILOMBOS DO RIBEIRA. Disponível em: <www.quilombosdoribeira.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2016.



A cadeia produtiva principal ao desenvolvimento capitalista no Quilombo Ivaporunduva na atualidade é a banana orgânica tradicional, que interliga na epistemologia da práxis das famílias que vivem no território. A banana é um cultivo tradicional no território. Até 2002 a venda da produção era feita por atravessadores, que comprava a caixa de banana pelo um preço baixo, de R\$ 0,50 a R\$ 1,50. Mas, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a caixa de banana é vendida atualmente por R\$ 15,00, para o programa. Até as caixas avulsas os compradores pagam na atualidade cerca de R\$ 10,00 a 12,00 pela caixa da banana, mais uma forma de geração de renda para as famílias quilombolas.

A banana comprada pelo governo federal no Quilombo Ivaporunduva é distribuída para restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, hospitais, creches e escolas do Estado de São Paulo. Também vão para famílias em situação de vulnerabilidade social da região onde o quilombo se localiza e servem ainda como estoque regulador, com destino, aos quilombolas.

As famílias do quilombo aproveitam até a fibra da bananeira para fazer artesanato, as técnicas nesta produção são variadas, no processo de extração e de tratamento, na colheita do material nos bananais, até a aquisição da fibra de bananeira viável de ser utilizada na tecelagem e em outras produções artesanais.

A economia do quilombo está organizada sob o sistema de cooperativa, da qual todas as famílias são associadas. Estabelecendo um sistema de cotas por família. Desse modo, é garantido que todas as famílias tenham rendimentos da produção da banana orgânica, do artesanato tradicional e das receitas do turismo.

Cada uma das atividades no território de Ivaporunduva é gerenciada por uma coordenadoria que se encarrega das certificações da banana, licenciamento e patentes artesanato. Segundo alguns moradores do quilombo, “as pessoas que compram nosso artesanato, por exemplo, se emocionam ao saber do trabalho social que está por trás dele e sempre recomendam os produtos a mais pessoas”.

Já no Quilombo Cafundó, as alternativas de diversidade de produção ao desenvolvimento capitalista no território é a agricultura tradicional que é processada e



produzida nas áreas A e C¹², tratando-se de uma agricultura voltada tanto para o consumo próprio, como também para a comercialização dos excedentes. Podemos destacar outros quatro tipos principais de sistemas de produção agrícola e pecuária: a) produção orgânica de hortaliças, legumes e duas estufas, utilizando irrigação manual e adubos orgânicos, fornecidos pelo ITESP ou comprados pelos próprios quilombolas; b) hortas e pomares doméstico, associados à criação extensiva de aves (como frangos e galinhas), principalmente para o consumo doméstico; c) roças de milho, mandioca; d) pequena criação de bois, vacas e carneiros.

Deste modo, as unidades de produção do Quilombo Cafundó são dinâmicas e a cultural integra como dimensão territorial, as transformações ocorridas nas terras do Cafundó são reflexos das fazes geológicas e da exploração dos recursos naturais, o território do Cafundó entrou na lista da disputa por diferentes modelos de agriculturas no espaço geográfico brasileiro, as famílias do Cafundó defendem uma alternativa modelo de territorialidade da agricultura quilombolas. Esses efeitos capitalistas no meio ambiente e limites ecológicos não foram levados em conta e nem os saberes-fazer pelos capitalistas (CRUZ e RUBÉN, 2005), que segundo Marcos Norberto, se a “produção de alimentos não relacionar com nossa ancestralidade africana e cultura, no entendimento que sem estas relações as produções de alimentos não tem sentido e vida, porque não existe amor com a terra¹³”.

A territorialização da agricultura tradicional dos quilombolas do Cafundó se consolidou a partir do conjunto de conhecimento ancestral, que são reflexos da agricultura africana. As relações com o uso do solo e as características nas produções de alimentos tradicionais, mesmo nos dias atuais com dimensão menor, são: técnicas rudimentares, em alguns casos; produção destinada quase exclusivamente para consumo; se por vezes comercializam é em quantidades reduzidas; com tarefas a serem feitas pelos vários grupos de trabalhos e com sistema de agrobiodiversidade. “O termo agrobiodiversidade é formado

¹² O território atual ocupado pelos quilombolas do Cafundó compreende a área Total de 210 ha. Esse total está dividido em quatro áreas, são elas: a área A cuja extensão é de 09 ha; área B com 36 ha; área C com 35 ha e a área D com 130 ha.

¹³ Depoimento oral, Quilombo Cafundó: Marcos Norberto Almeida, símbolo de resistência e coordenador do Cafundó – 10/09/2016.

por agro, do latim, campo, cultura, bio, do grego, vida, diversidade. Significa, portanto, diversidade da vida no campo, das culturas” (MACHADO, 2012, p. 48).

No entanto, a disputa territorial pelo fato da espacialização e territorialização do agronegócio no espaço brasileiro e nas áreas do Cafundó e dos quilombos no espaço geográfico, de umas décadas adiante, outra agricultura que é mais recente que surgiu como movimento de reação ao modelo político do agronegócio é a agroecologia. Essa concepção de agricultura procura organizar o processo de produção de plantas e animais que também totaliza no território étnico do Quilombo Cafundó, a partir das relações estabelecidas entre os conjuntos dos saberes tradicionais, que configura no mundo rural das Américas de formas ancestrais e culturais, como afirma Enrique Leff.

A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) ‘que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram descolonizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura’. (LEFF, 2002, p. 42).

Para Elis Regina Sallas, moradora do Quilombo Cafundó; “no começo a palavra agroecologia não tinha nenhum sentido para nós, porque os técnicos do ITESP e INCRA - SP não explicavam direito o significado da palavra, quem nos explicou foi uns pesquisadores que vieram pesquisar o Cafundó, que a palavra tem a ver com a nossa forma de produzir alimentos que é tradicional¹⁴”. Em vista disso, as produções de alimentos no Quilombo Cafundó estão divididas em áreas e cada área apresenta dimensões territoriais diversas de relevo e geomorfologia do local. Na área A era uma das áreas em que os quilombolas usam e usavam em escala maior para a produção de feijão e arroz.

As unidades de produção e consumo das famílias na área A são em lotes e roças que são dinâmicos com prática do manejo tradicional mantendo a biodiversidade local. A produção de alimentos nos lotes são, laranja, mexerica, arroz, feijão, cana, mandioca, manga, abacate, cenoura, abóbora e três estufas de produção orgânica coletiva (ver Figura 1 e Figura

¹⁴ Depoimento oral concedido por, Elis Regina Sallas, Quilombo Cafundó, moradora e integrante da coordenação da associação do Cafundó – 10/07/2016.

2). A produção é para autoconsumo e comercialização individual ou em grupo através dos programas do governo federal e Estadual, como exemplo; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/ Companhia Nacional do Abastecimento – (CONAB).



Figura 1 - SILVA, Lucas Bento. Área A, as três estufas e o local escolhido pelas famílias do Cafundó



Figura 2 - GOMES, L. André (2016). Marcos Norberto Almeida jogando adubo nas carreiras da estufa orgânica, da área A do Quilombo Cafundó

As fotos acima retratam as dinâmicas das técnicas culturais da agricultura e do manejo na área A do Cafundó, o manejo e as técnicas na plantação de arroz e feijão sempre esteve ligado na territorialidade étnica dos quilombolas do Cafundó. E o centro experimental em escala menor onde produzem alface, cebolinha e tomate, para o consumo e para o PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem como objetivo comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar dos camponeses ou dos territórios tradicionais, esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas, famílias ou ONGs, que precisam de suplementação alimentar ou complementação da dieta. O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Considerações finais

Essa pesquisa buscou empreender um breve panorama sobre o Quilombo Cafundó e Ivaporunduva que representa alternativas espacial de produção tradicional de alimentos, que não se compara à da agricultura capitalista, que só visualiza o território como mercadoria. Para os quilombolas, o manejo tradicional da terra é o principal para uma produção limpa, sem a presença de agrotóxicos e sementes transgênicas, como ocorre nas áreas A e C do Cafundó com sementes crioulas - distribuídas pelo ITESP, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O horizonte multiétnico de ocupação do espaço geográfico brasileiro requer leituras críticas e uma reinterpretação da base legal que possibilite dialogar com diferentes formas de uso da terra. O que está colocado é a revisão desses conceitos étnicos, baseados em novas territorialidades, considerando a existência coletiva para enfrentar estruturas de poder.

Sendo assim, ainda percebendo os diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada, apontamos a necessidade de continuidade de análises em futuros trabalhos acadêmicos, com finalidade de aprofundar conteúdos geográficos para um entendimento



mais amplo das “atuais” categorias sociais e étnicas nas disputas territoriais e dos conflitos no campo.

REFERÊNCIAS

PÉREZ, R. Medio ambiente, globalización, mercado y desarrollo humano. Un breve recuento histórico y situación actual del debate). **Red de revistas científicas de América Latina y el Caribe**, España y Portugal, v. 28, p. 121-135, 2005.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002. Disponível em: <http://www.pvnocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 46-51. Disponível em:<<file:///C:/Users/Lucas/Downloads/dicionario%20de%20Educacao%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2015.

MELO, Jorge Orlando, Algunas consideraciones globales sobre “modernidad” y “modernización” en el caso colombiano, En: Colombia: el despertar de la modernidade. **Foro Nacional por Colombia, Santa Fe de Bogotá**, 1991, Disponível em <<http://www.jorgeorlandomelo.com/modernidad.htm>. Acesso em 01 mai. 17.

SILVA, L. B. d. Quilombos na América Latina: o sistema de produção agrícola tradicional quilombola do estado de São Paulo – SP. **XII ENANPEGE**, Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento, de 12 a 15 de Outubro de 2017, Porto Alegre.